



Revista de Enfermagem

UFPE On Line

ISSN: 1981-8963

EDITORIAL

Francisco Arnaldo Nunes de Miranda. Enfermeiro. Doutor em Enfermagem, área de concentração Enfermagem Psiquiátrica e Ciências do Comportamento pelo Programa Interunidades da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo/EERP/USP. Professor Adjunto III da Graduação e Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: farnoldo@gmail.com

MENTAL HEALTH: CIVIL COMMITMENT AND A RIGHT FOR ALL

It is known that the National Conferences on Health and Mental Health have constituted fundamental devices of participation, social control, democratic discussion and summary of the guidelines that originate policies, besides indicating the operational measures in these areas in Brazil.

The first National Health Conference held in 1987 in the context of the principles and guidelines of the 8th National Conference on Health landmark in the field of health and building the National Health System which was the focus of discussions centered model of impasse in the hospital and predominantly based on medical-psychiatric model, considered inefficient and costly for users and society, violating fundamental human rights.

The second National Conference on Mental Health, held in 1992, represents a most significant advance in the implementation of SUS which included extensive mobilization stages municipal, state and national levels. Stands out positively expressive participation of users and families with a way to deepen the criticism of the hegemonic model but also formalized the outline of a new care model, significantly different that substantially affects the logic, concepts, values and structure health network and concrete way of dealing with people with experience of mental disorders, from their citizenship rights.

The third National Conference on Mental Health, held in 2001, occurred after one year of approval of the new Federal Law on Mental Health (Law No. 10 216, 06/04/2001). In this, there is a mobilization on the mental health field, in response to the concerns expressed since the II Conference and the current manifestations of the various organizations,

social movement leaders and sectors of the field that culminated in the convening of the Third Conference (Resolution No. 310/CNS of 04/04/2001).

The Law of Psychiatric Reform, as it is known reaffirms the state's responsibility, as public policy on mental health, which concerns the guarantee of assistance and the promotion of health activities for people with mental disorders, with due participation of society and family, which will be provided in mental health facility, thus understood the institutions and facilities that provide health care to patients with mental disorders.

Passed nearly a decade, historically, when I write this editorial ends with the Fourth National Conference on Mental Health, unpretentious analysis of the event, establishes the commitment of mental health as a right and obligation of all. In this perspective, takes into account the advances and challenges, new and old, in agreement to intersectorial ways, the consolidation of the network of psychosocial care, recognizing the social movements and the generation of employment and income, a means for the improvement of life and mental health care on a territorial basis. Thus, it is foreseeable based on the enrollment of subjects in the world, a society of control, permeated by the bombardment of information from science and technology innovation requires a redefinition of work processes and training of human resources in health, particularly in nursing as a social commitment.

SAÚDE MENTAL: COMPROMISSO E DIREITO DE TODOS

Sabe-se que as Conferências Nacionais de Saúde e Saúde Mental têm constituído dispositivos fundamentais de participação, controle social, debate e síntese democrática das diretrizes que originam políticas, além de indicar as medidas operacionais nestas áreas no Brasil.

A I Conferência Nacional de Saúde realizou-se em 1987, no contexto dos princípios e diretrizes da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Marco histórico no campo da saúde e da construção do Sistema Único de Saúde cujo foco das discussões foi o impasse do modelo centrado no hospital e predominantemente baseado no modelo médico-psiquiátrico, considerado ineficaz e oneroso para os usuários e a sociedade, violando os direitos humanos fundamentais.

A II Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em 1992, representa um avanço mais significativo na implementação do SUS que contou com ampla mobilização nas etapas municipais, estaduais e nacional. Destacam-se positivamente a participação expressiva de usuários e familiares com forma de aprofundar as críticas ao modelo hegemônico, como também formalizou o esboço de um novo modelo assistencial, significativamente diverso que afeta a de forma substancial a lógica, os conceitos, os valores e a estrutura da rede de atenção e na forma concreta de lidar com as pessoas com a experiência de transtornos mentais, a partir de seus direitos de cidadania.

A III Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em 2001, ocorreu após menos de um ano da aprovação da nova Lei Federal de Saúde Mental (Lei nº 10.216, de 06/04/2001). Nesta, verifica-se uma mobilização no campo da saúde mental, em resposta aos anseios expressos desde a II Conferência e às manifestações atuais das diversas organizações, movimento social, lideranças e setores do campo que redundou na convocação da III Conferência (Resolução n.º 310/CNS, de 04/04/2001).

A Lei da reforma psiquiátrica, como é conhecida reafirma a responsabilidade do Estado, enquanto política pública de saúde mental, que diz respeito a garantia da assistência e da promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições

e unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Transcorrido quase uma década, historicamente, no momento em que se escreve este editorial, finaliza-se a IV Conferência Nacional de Saúde Mental, sem pretensões de análise do evento, estabelece o compromisso da Saúde Mental como direito e compromisso de todos. Nesta perspectiva, leva em conta os avanços e os desafios, novos e velhos, na pactuação de caminhos intersetoriais, na consolidação da rede de atenção psicossocial, reconhecendo nos movimentos sociais e na geração de emprego e renda, um meio para a melhoria das condições de vida e do cuidado em saúde mental de base territorial. Destarte, vislumbra-se com base na inscrição dos sujeitos no mundo, numa sociedade de controle, permeada pelo bombardeio da informação decorrente da ciência e da inovação tecnologia requer a redefinição dos processos de trabalho e formação de recursos humanos na área da saúde, particularmente na enfermagem como um compromisso social.

SALUD MENTAL: COMPROMISO Y DERECHO DE TODOS

Se sabe que las Conferencias Nacionales de Salud y Salud Mental han constituido los dispositivos fundamentales de participación, control social, la discusión democrática y un resumen de las directrices políticas que se originan, además de indicar las medidas operativas en estas áreas en el Brasil.

La primera Conferencia Nacional de Salud se llevó a cabo en 1987, con base en el contexto de los principios y directrices de la 8ª Conferencia Nacional de Salud. Fue un hito en la salud y en la construcción del Sistema Nacional de Salud cuyo foco de las discusiones se centraron en modelo basado únicamente en el hospital y en el modelo médico-psiquiátrico, considerado inútil y costoso para los usuarios y la sociedad, violando los derechos los derechos humanos.

La Segunda Conferencia Nacional sobre Salud Mental, celebrada en 1992, representa un avance más significativo en la implementación del SUS que incluyó etapas amplia movilización municipal, estatal y nacional. Destaca positivamente la participación expresiva de los usuarios y las familias con una manera de profundizar la crítica del modelo hegemónico, sino también formalizó el esbozo de un nuevo modelo de atención, sin diferencia significativa que afecte sustancialmente a la lógica, conceptos,

valores y estructura red de salud y la forma concreta de tratar con personas con experiencia en trastornos mentales, de sus derechos de ciudadanía.

La Tercera Conferencia Nacional de Salud Mental, en 2001, se produjo tras un año de aprobación de la nueva Ley Federal de Salud Mental (Ley N ° 10 216, 06.04.2001). En esto, hay una movilización en el campo de la salud mental, en respuesta a las preocupaciones expresadas desde la II Conferencia y las manifestaciones actuales de las diversas organizaciones, líderes de movimientos sociales y sectores del campo que culminó en la celebración de la Tercera Conferencia (Resolución N ° 310/CNS de 04.04.2001).

La Ley de la Reforma Psiquiátrica, como se le conoce reafirma la responsabilidad del Estado, como política pública en materia de salud mental, lo que se refiere a la garantía de la asistencia y la promoción de actividades de salud para las personas con trastornos mentales, con la debida participación de la sociedad y familia, que se prestará en las instalaciones de salud mental, entendida de este modo las instituciones y las instalaciones que prestan asistencia sanitaria a pacientes con trastornos mentales.

Pasó casi una década, históricamente, cuando se escribe este editorial termina con la Cuarta Conferencia Nacional sobre Salud Mental, el análisis sin pretensiones del evento, establece el compromiso de la salud mental como un derecho y obligación de todos. En esta perspectiva, tiene en cuenta los avances y desafíos, nuevos y viejos, de acuerdo a las formas intersectorial, la consolidación de la red de atención psicosocial, reconociendo los movimientos sociales y la generación de empleo e ingresos, un medio para la mejora de vida y el cuidado de la salud mental en un ámbito territorial. Por lo tanto, es previsible basado en la inscripción de los sujetos en el mundo, una sociedad de control, impregnado por el bombardeo de información de la ciencia y la innovación tecnológica requiere una redefinición de los procesos de trabajo y capacitación de recursos humanos en salud, en particular en la enfermería como un compromiso social.

Address for correspondence

Francisco Arnaldo Nunes de Miranda
Departamento de Enfermagem
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
Grupo de Pesquisa: Ações promocionais e de atenção a saúde de grupos humanos em saúde mental e saúde coletiva
Centro de Ciências da Saúde
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Campus Universitário Lagoa Nova
CEP 59072-970 – Natal, Rio Grande do Norte, Brasil